

Olhos de linxe: o inspetor escolar e a observância da instrução primária em Oliveira, MG (1907)¹Luan Manoel Thomé² <https://orcid.org/0000-0001-5101-0944>Rosana Areal de Carvalho³ <https://orcid.org/0000-0002-0114-4239>**Resumo**

Este artigo visa a, por meio da pesquisa documental, analisar o relatório, emitido em 1907, pelo inspetor técnico de ensino – Francisco de Paula Pinheiro em Oliveira, tendo em vista que, em Minas Gerais, com a reforma João Pinheiro, houve a institucionalização do cargo de inspetor escolar, dividido em administrativo e técnico. Com amparo na história cultural, evidencia-se a importância desse sujeito como uma ponte entre os municípios e o Estado mineiro e sua relevância no que tange à consolidação de uma nova cultura escolar. A partir da sua observância da instrução primária revelam-se aspectos relacionados à vida funcional dos(as) docentes, à estrutura física, mobília e escrituração escolar, bem como à ação desses profissionais diante da reforma republicana.

Palavras-chave: Francisco de Paula Pinheiro. Reforma João Pinheiro. Escolarização. Oliveira (MG).

Lynx yes: the school inspector and the observance of primary in Oliveira-MG (1907)**Abstract**

This article aims, through documentary research, to analyze the report, issued in 1907, by the technical teaching inspector – Francisco de Paula Pinheiro em Oliveira, considering that, in Minas Gerais, with the João Pinheiro reform, there was institutionalization of the position of school inspector, divided into administrative and technical. Based on cultural history, the importance of this subject as a bridge between the municipalities and the State of Minas Gerais and its relevance in terms of consolidating a new school culture. From their observance of primary education, aspects related to the functional life of teachers, the physical structure, furniture and school records, as well as the actions of these professionals in the face of the republican reform, are revealed.

Keywords: Francisco de Paula Pinheiro. João Pinheiro reform. Schooling. Oliveira (MG).

¹ Artigo oriundo do projeto pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig), intitulado “A instrução primária em Cláudio (MG): um estudo sobre o Grupo Escolar Coronel Joaquim da Silva Guimarães (1915-1933)”.

² Universidade do Estado de Minas Gerais, Cláudio: luan.thome@uemg.br.

³ Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana: rosanareal@ufop.edu.br.

Considerações iniciais

Ao final do século XIX e início do XX, reformas educacionais foram implementadas no Brasil com o princípio de “educar o povo para a nova ordem”, a escola passou a ser vista como um lócus fundamental para a formação do homem republicano. Em 1906, João Pinheiro (presidente do estado) empreendeu uma reforma em Minas Gerais, a fim de (re)organizar a instrução primária e normal. Segundo Mourão (1962), esse movimento representou um marco divisório na história da instrução do estado, sobretudo por instituir os grupos escolares, instituições presentes nos países mais civilizados.

Sabemos, no entanto, que nenhuma política educacional é posta em prática sem a colaboração dos sujeitos – diretores(as), professores(as), famílias, estudantes e inspetores – agentes responsáveis pela produção/reprodução cultural no ambiente escolar. Segundo Burke (2021), a definição de cultura deve partir do diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento, isso possibilita ao historiador desenvolver seu ofício. Nessa direção, a História Cultural – que dialoga com a demografia, a política, a economia etc. – tem colaborado substancialmente para a História da Educação, pois permite-nos compreender, analisar e interpretar o mundo (Fonseca, 2007; Galvão; Fonseca, 2017).

Neste artigo, amparados pela História Cultural, analisamos o relatório emitido pelo inspetor técnico de ensino Francisco de Paula Pinheiro acerca das escolas sob sua responsabilidade na 31ª Circunscrição Literária, composta pelos seguintes municípios, à época: Bom Sucesso, Campo Belo, Lavras e Oliveira e seus respectivos distritos e vilas. Destacamos que nosso interesse é a cidade de Oliveira, Minas Gerais (MG), à qual pertencia o distrito de Cláudio – elevado à município pela Lei 556, de 30 de agosto de 1911. Essa escolha se deve ainda haver um número restrito de produções acadêmicas envolvendo a educação na localidade. O recorte temporal justifica-se pelo relatório encontrado no Livro 3250, no qual estão encadernados materiais dessa natureza e correspondências sobre diversas localidades do estado, disponível no Arquivo Público Mineiro (Minas Geraes, 1907f).

República, novos tempos e inspeção do ensino

Em MG, os inspetores escolares foram responsáveis por organizar a educação primária, composta pelas seguintes instituições: escolas, grupos escolares e estabelecimentos anexos às escolas normais (Cabral; Azevedo, 2012; Minas Geraes, 1906c). Foi conferida a esse profissional a incumbência de verificar o cumprimento da legislação e ser a presença do Estado, posto que esses funcionários eram “responsáveis por monitorar e controlar o ensino” (Cabral; Azevedo, 2012, p. 188). Consta, no artigo 183, que “a inspeção do ensino destina-se a conhecer as causas que influem sobre a instrução do povo, mediante observação atenta das escolas, da sociedade e do território do Estado e a favorecer o seu progresso, agindo sobre o professor, o meio social e as autoridades” (Minas Geraes, 1906c, p. 182).

No período histórico em voga, a inspeção do ensino era dividida em duas modalidades, a saber: a administrativa e a técnica. A primeira foi exercida pelos inspetores municipais e distritais, homens nomeados pelo governo que desenvolviam voluntariamente seus trabalhos. Esse fato indica que o projeto educativo republicano necessitou de parceiros locais para que a cultura escolar fosse colocada em prática.

Os inspetores técnicos eram chamados de ambulantes, pois visitavam periodicamente a circunscrição literária sob sua responsabilidade, nos lugares mais distantes das minas. Esse cargo foi criado pela Lei 439, de 28 de setembro de 1906 (Minas Geraes, 1906d). Tais sujeitos eram “art. 187 - [...] agentes de confiança do governo, nomeados pelo Presidente de Estado dentre as pessoas de comprovada capacidade moral e de competência profissional manifestada em trabalhos anteriores” (Minas Geraes, 1906c, p. 183). Em Belo Horizonte (MG), o inspetor administrativo exerceu voluntariamente as funções de técnico (Minas Geraes, 1906c).

Dessa maneira, a formação acadêmica não era basilar para a nomeação. O cargo era ocupado mediante, principalmente, a trajetória pessoal desse sujeito, um terreno propício à troca de favores, pois o Estado não conseguia estar presente em todas as localidades. Por isso, encontramos clérigos, coronéis, farmacêuticos, médicos, advogados que assumiram o cargo.

Mesmo a legislação apontando que seriam nomeadas “pessoas de comprovada capacidade moral e competência profissional” (Minas Geraes, 1906c, p. 183), esse ainda era um espaço restrito aos homens; nas várias pesquisas que acessamos, há o domínio da figura

masculina na inspeção do ensino. Para as mulheres, estava disponível a sala de aula e o cargo de diretora nos grupos escolares, na capital e em algumas cidades do interior.

Apesar de não ser exigida a formação específica, a experiência como professores influenciava a escolha dos inspetores, cargo que tinha uma repercussão social. Além disso, os docentes em disponibilidade poderiam ser aproveitados nas funções de fiscalização ou em outras etapas do magistério público (Minas Geraes, 1906c).

Com base nas considerações de Mourão (1962, p. 154), “os inspetores técnicos, eram obrigados a visitar com frequência as escolas de sua circunscrição literária”. Em 1907, o Estado possuía 40 Circunscrições Literárias, conforme podemos perceber no Quadro 1. No entanto, não encontramos informações relativas aos municípios que compunham as 32ª, 35ª e 37ª circunscrições. Vejamos:

Quadro 1 – Circunscrições Literárias em Minas Gerais – 1907

CL	Municípios	CL	Municípios
1ª	Sabará, Vila N. Sra. de Lima, Santa Luzia e Bomfim	21ª	Varginha, Três Corações, Pedra Branca, S. Gonçalo de Sapucahy e A. Virtuosas.
2ª	Curvello e Sete Lagoas	22ª	Machado, Alfenas, Três Pontas, Carmo do Rio Claro, C. Geraes e D. da B. XX
3ª	Conceição, Guanhães e Ferros	23ª	S. Rita de Cássia, Passos e São Sebastião do Paraíso
4ª	Caeté, São Domingos do Prata, Santa Bárbara e Alvinópolis	24ª	Muzambinho, Villa Nova de Resende, Cabo Verde, Jacuhy, Monte Santo e Guaranésia
5ª	Juiz de Fora	25ª	Pouso Alegre, S. Rita do Sapucahy, Ouro Fino, Jacutinga, Caldas e Poços
6ª	Peçanha e Serro	26ª	Jaguary, São José do Paraíso, Itajubá, S. Caetano da Vargem Grande e Santa Rita da Extrema
7ª	Diamantina e S. João Baptista	27ª	Sacramento, Araxá, Patrocínio e C. do Paranyba
8ª	Mariana e Piranga	28ª	Fructal, Prata, Villa Platina e Monte Alegre
9ª	Entre Rios e Queluz	29ª	Uberabinha, Araguary, E. do Sal e M. Carmello
10ª	Barbacena, Palmyra, Alto do Rio Doce	30ª	Paracatú e Passos
11ª	Lima Duarte, Turvo e Rio Preto	31ª	Bom Sucesso, Lavras, Campo Bello e Oliveira.
12ª	São João del-Rey, Tiradentes e Prados	32ª	----
13ª	Ouro Preto	33ª	Pintanguy, Pará, Itauna e S. Quiteria
14ª	São João Nepomuceno, Rio Novo, Mar de Hespanha e Guaraná	34ª	Uberaba
15ª	Pomba, Ubá, Rio Brando e Viçosa.	35ª	----
16ª	Cataguases, Leopoldina, Palma e Além Parahyba	36ª	Minas Novas e Theop. Ottoni.
17ª	Muriahé, São Manuel e Carangola	37ª	----
18ª	Abre Campo e Ponte Nova	38ª	G. Mogol, Rio Pardo e Tremedal
19ª	Manhuassú e Caratinga	39ª	Montes Claros, Villa Brasília e Bocayuva
20ª	Ayuruoca, Baependy, Christina, Pouso Alto, S. Ferraz, Campanha, Caxambú e Passa Quatro	40ª	S. Francisco e Januaria

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Minas Gerais (1907c) – Livro 886

O inspetor técnico desenvolvia suas atividades na circunscrição por, no máximo, seis meses. Esse fato é importante, pois contribuía, mesmo precariamente, para que o sujeito não criasse vínculos nas localidades e protegesse seu trabalho de forma imparcial. Dessa forma, as instituições escolares eram supervisionadas por, pelo menos, dois sujeitos diferentes ao longo do ano letivo.

Era vedado ao inspetor técnico ter outra profissão ou cargo, por motivo óbvio: a dedicação seria exclusiva, pois o Estado necessitava de um sujeito totalmente disponível para o desenvolvimento das ações inerentes ao cargo, o que incluía passar uma parte significativa do tempo viajando de uma localidade a outra, seja de trem ou a cavalo. As atribuições do cargo eram inúmeras para que, assim, as instituições funcionassem conforme almejava o governo, como podemos perceber no Quadro 2:

Quadro 2 – Deveres dos Inspectores Escolares conforme Minas Gerais (1906c)

Inspetor Administrativo	Inspetor Técnico
<ul style="list-style-type: none"> -Inspeccionar as escolas da municipalidade; -Verificar o cumprimento das leis e regulamentos da instrução primária; -Solicitar ao governo: materiais, criação e extinção de escolas; -Informar ao governo: dados sobre a instrução primária; corpo docente: licenças e remoções; vagas de cadeiras; início e fim do exercício e frequência; -Receber o compromisso dos professores e conceder-lhes posse no município; -Cuidar da documentação escolar: envio a Secretaria do Interior de boletins, mapas escolares, atas de exames e visitas, listas de alunos e frequência, e monitoramento dos livros de escrituração; -Administrar a concessão: licença aos professores, sem vencimento, no máximo de 30 dias, justificativa de faltas dos professores – máximo três. -Responsabilizar-se pelos exames escolares: nomear examinadores, presidir bancas e fiscalizar os exames; -Promover festas escolares nas datas nacionais e no final do ano, com o acordo dos professores; -Produzir inventário das mobílias das escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> -Inspeccionar as escolas de sua circunscrição; -Verificar o cumprimento das leis e regulamentos da instrução primária; -Visitar as instituições com o propósito de verificar: número de alunos matriculados e frequentes; escrituração; adiantamento dos alunos; o trabalho pedagógico do professor; disciplina, ordem e regularidade dos trabalhos escolares; condições materiais e higiênicas do prédio; materiais disponíveis; cumprimento e orientação o professor sobre o programa de ensino; as aulas e indicar ao professor, caso necessário, a mudança em seu método; regularidade da divisão de classes; observância dos horários; rubricas no caderno de trabalhos manuais; -Informar ao governo: relação de professores, diretores e número de alunos matriculados; enviar “vistas fotográficas” ao governo, plantas das escolas e dos materiais; -Despertar nas autoridades locais e pessoas prestigiosas a importância do ensino, para que haja mais frequência das crianças; -Estimular a fundação de bibliotecas e museus; -Inaugurar as instituições em caso de construções e/ou reformas; -Enviar no final de cada quinzena, ao Secretário do Interior, um relatório sintético da inspeção, o qual seria publicado no jornal oficial a juízo da autoridade.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Minas Geraes (1906c)

Por meio do Quadro 2, constatamos, nitidamente, ser o inspetor uma ponte de

interlocução do estado com a instituição. O inspetor administrativo dispunha de mais funções puramente ligadas ao gerenciamento – solicitação de materiais e de melhorias na instituição e na vida funcional dos professores (licenças, remoção, nomeação, início/fim de exercício); envio de documentações; organização dos procedimentos examinadores. Evidenciamos que o inspetor técnico, por ser assalariado, possuía mais atribuições, se compararmos com o administrativo. “As suas funções eram propriamente pedagógicas e visavam sobretudo a eficiência do ensino, a capacidade dos professôres, a disciplina, a ordem dos trabalhos, as condições materiais do prédio escolar e do aparelhamento didático, os compêndios escolares” (Mourão, 1962, p. 154).

Outra alçada do inspetor consistia em verificar o cumprimento do programa de ensino, aspecto fundamental do currículo escolar. Segundo Silva (2015), o currículo é um território de poder, saber e identidade. Para os republicanos, isso foi dileto: o poder relaciona-se à seleção do que deveria ser ensinado; para isso, a equipe do governo de João Pinheiro estruturou o corpo de conhecimentos a serem trabalhados do primeiro ao quarto ano. O saber relaciona-se aos educadores, que atuaram de forma direta para a elaboração do currículo, baseado, segundo eles, nos princípios pedagógicos mais modernos para a época, e à identidade, qual seja, formar o homem da República para a República, sem qualquer mácula do Império, com ênfase em capacitar os aprendentes para o mundo do trabalho.

Quanto à remuneração, anualmente, os inspetores técnicos recebiam 3:600\$000 (três contos e seiscentos mil réis), diária de 8\$000 (oito mil réis), além de passagens de trem (Mourão, 1962). Se compararmos com os profissionais do ensino primário, os inspetores, incluindo as diárias, possuíam um vencimento superior aos demais. O governo apostava no trabalho comprometido desse profissional para instaurar essa nova cultura escolar advinda com a República. Portanto, esse profissional passou a desfrutar de *status* social diferenciado na sociedade da época.

Quadro 3 – Vencimentos dos profissionais do ensino primário a partir de 1906

Tipo de Escola	Vencimento
Professor primário efetivo de colônia	1:200\$000
Professor primário efetivo de districto	1:400\$000
Professor primário efetivo de Cidade ou Capital	1:800\$000
Professor primário efetivo de Grupo escolar de cidade	1:800\$000
Professor primário efetivo de Grupo escolar da capital	2:000\$000
Diretor do grupo escolar de cidade	3:000\$000
Diretor do grupo escolar da capital	3:600\$000
Porteiro de grupos escolares	960\$000
Auxiliares de escolas isoladas	600\$000

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Minas Geraes (1906c)

Periódico Horizontes – USF – Itatiba, SP – Brasil – e023104

Como podemos perceber, o governo valorizava pecuniariamente os profissionais que atuavam na capital. Se nos remetermos à história de Belo Horizonte (MG), a cidade foi projetada para ser sede do governo do estado, com base na perspectiva moderna do período. Nesse sentido, a República é urbana, a vida na cidade trazia mais benefícios que a campesina, prova disso são os altos investimentos recebidos das instâncias governamentais. Podemos destacar as construções dos grupos escolares, considerados palácios para Faria Filho (2014).

A inspetoria técnica de ensino da 31ª Circunscrição Literária

Nosso objetivo é trazer dados relativos à inspetoria realizada na 31ª Circunscrição Literária, composta pelos municípios de Bom Sucesso, Lavras, Campo Bello e Oliveira (Minas Geraes, 1907c). Centraremos nossa discussão na inspetoria realizada em Oliveira (MG), enfocaremos, os distritos Japão, Cláudio e Carmo da Matta (Carmo da Ermindá), locais visitados pelo inspetor técnico Francisco de Paula Pinheiro durante o período de 15 a 21 do mês de outubro de 1907. Para cada visita, o inspetor registrou suas observações no relatório enviado à Secretaria do Interior, contendo dados do trabalho desenvolvido pelo professorado. Nesta seção do texto, veremos aspectos relacionados à atuação profissional deste inspetor e algumas considerações sobre o relatório elaborado.

O inspetor técnico de ensino Francisco de Paula Pinheiro (1855 – 1916)

Em 1855, Francisco de Paula Pinheiro nasceu na cidade de São João del-Rei (MG). Aos 14 anos, iniciou sua formação no Seminário de Mariana (MG). Lecionou em instituições como Escola de Primeira Letras, Externato e Escola Normal, atuando por 35 anos na docência (Arruda, 2011; Cintra, 1992 *apud* Amaral, 2008; Fonseca, 2013). Conforme Amaral (2008), ele teve uma intensa atuação política, como membro do Partido Liberal, além disso pertencia à Maçonaria desde 1879.

Paula Pinheiro atuou como redator na imprensa local nos periódicos *Cinco de Janeiro* e *d'A Situação*. O jornal *Arauto de Minas* publicou diversas representações sobre ele, segundo

Amaral (2008, p. 277), “as demais informações que temos de Francisco Pinheiro vêm de seus inimigos”. Vários são os episódios conflituosos envolvendo Pinheiro nos jornais circulantes em São João del-Rei (MG): cobrança de dívidas; conflitos com diversos sujeitos, incluindo agressões físicas e verbais; e jogo de forças políticas presentes na localidade.

Francisco de Paula Pinheiro atuou no Externato com a cadeira de aula prática do sexo masculino (Arruda, 2011). Em 1893, assumiu a cadeira de Pedagogia, Instrução Cívica e Legislação de Instrução Primária na Escola Normal de São João del-Rei (Fonseca, 2013). Na imprensa oficial do estado, no jornal *Minas Geraes*, encontramos várias publicações relativas a esse professor: fundação e entrega de prêmio a aluna da Escola Normal, em 18 de janeiro de 1893; solicitação de um mês de licença saúde, em 15 de junho de 1893; publicação de edital para concurso destinado ao provimento das cadeiras de Geometria e Ginástica que tinha sua assinatura enquanto secretário, em 5 de abril de 1894 (Minas Geraes, 1893a, 1893b, 1894b).

Identificamos também que Pinheiro e os demais professores da Escola Normal enviaram congratulações a Floriano Peixoto (Presidente da República), Affonso Augusto Moreira Penna (Presidente do Estado) e a seu vice, em decorrência da Revolta Armada, episódio liderado pelos marinheiros que tinham como bandeira a participação mais ativa na República e melhores condições de trabalho (Minas Geraes, 1894a). O texto consistia em um abaixo-assinado de todos os(as) professores(as)⁴ e indicou que esses sujeitos, “em partido organizado, embora pequeno, resistiam aqui como legalistas à invasão de opinião revolucionária gabava-se de sua maioria” (Minas Geraes, 1894a, p. 2). A publicação indicava que os(as) professores(as) estavam ao lado do governo, por isso são direcionados aos governantes vários adjetivos – ínclito, honrado, patriótico, salvador da pátria –, esse é um movimento de valorização dos grandes homens, característica da história tradicional.

Dois anos depois, o docente voltou a ser exposto, ao ser atacado pelos alunos da Escola Normal – Antônio Alves, Bento Araújo, João Carlos Alves, Eugenio Lopes e Raphael Machado. A eles, foi imposta “a pena de suspensão de frequência e exames durante um anno, por haverem agredido o professor de pedagogia da mesma escola, cidadão Francisco de Paula Pinheiro” (Minas

⁴ Composição do corpo docente da Escola Normal de São João del-Rei em 1894: diretor tenente-coronel Candido José Coelho Moura; vice-diretor Carlos Sanzio d’Avellar Brotéro; e os(as) professores(as) João Francisco de Chanta, Antônio Augusto Campos da Cunha, José Olympio de Oliveira, João Baptista de Almeida Alvarenga, Paulina Emília de Oliveira Horta Cardoso, Sebastião Rodrigues Sette e Camara, Francisco de Paula Pinheiro (Minas Geraes, 1894a).

Geraes, 1896, p. 1). No jornal, não se menciona a categoria de agressão sofrida pelo professor. O impresso nos indica que episódios lamentáveis como esse já ocorriam em outros tempos.

Em 1906, Francisco de Paula Pinheiro continuava a exercer o magistério na formação de normalistas, porém não desempenhava mais a função de secretário⁵. Um ano depois foi nomeado como inspetor técnico de ensino da 19ª Circunscrição Literária, composta pelos municípios de Manhuaçu e Caratinga. Alguns de seus relatórios foram publicados no *Minas Geraes*, edições de 26 de julho e 10 de agosto de 1907 (Minas Geraes, 1907a, 1907d). Os republicanos utilizavam a imprensa oficial para publicizar seus feitos e, assim, possibilitar a materialização dessa cultura escolar.

Parte da rotina do inspetor também era publicada: “partiu hontem para S. João d’El-Rei o sr. coronel Francisco de Paula Pinheiro, inspetor tecnico de ensino neste Estado” (Minas Geraes, 1907b, p. 5). Chama-nos a atenção o professor ser tratado por coronel, como na edição de 21 de setembro de 1902. Provavelmente, esse título é oriundo da guarda militar.

Em 1907, Pinheiro atuou nas 19ª e 31ª Circunscrições Literárias. Em 1909, inspecionou instituições escolares na região do Triângulo Mineiro (Carvalho, 2017; Minas Geraes, 1907c, 1907d; Pinheiro, 1907), tais deslocamentos comprovam a condição de mobilidade atribuída e exigida aos inspetores técnicos. Francisco de Paula Pinheiro faleceu em 1916.

O relatório da inspeção técnica de ensino

Segundo a legislação, o relatório era baseado no itinerário seguido pelo fiscal e deveria informar dados da população atendida pelas escolas e as condições relativas ao desenvolvimento do ensino. A narrativa deveria compreender aspectos sobre a infraestrutura: a descrição dos prédios escolares, se pertenciam ao estado, ao município ou a instâncias particulares; as dimensões dos cômodos, se possibilitam a frequência das crianças; e a percepção que os munícipes tinham dos(as) professores(as). Segundo Gonçalves (2006), o relatório possibilita a reconstituição das práticas dos sujeitos escolares.

Para Chartier (1990, p. 16), “a história cultural, tal como entendemos, tem por principal

⁵ Encontramos no Jornal Minas Geraes a seguinte informação: “Arthur Gosling, da cadeira de francez e exerce o cargo de secretario em virtude do citado decreto n. 1788” (Minas Geraes, 1906d, p. 4).

objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. A Reforma João Pinheiro determinou o regramento para a educação no estado; no entanto, a aplicação da lei está sujeita ao contexto no qual ela está inserida. A partir da História Cultural, compreendemos que cada relatório possui singularidades, devido aos seguintes fatores: autoria, localidade inspecionada, subjetividades do inspetor e interpretação do aspecto legal.

Nesse sentido, consistiu alvo de nossa análise o relatório expedido por Pinheiro em 4 de novembro de 1907. O documento foi produzido em São João del-Rei, local onde residia o inspetor. Com a intenção de identificar do que se tratava o material, o autor expediu um ofício destinado a Carvalho Britto (Secretário do Interior), informando sobre o envio do relatório e de uma cópia⁶ com algumas fotografias das instituições visitadas. Entretanto, no final do documento, há uma rubrica não identificada, informando sobre o registro do relatório, mas as imagens não foram encontradas.

Quanto à materialização, o relatório possui as seguintes características, a saber: ele foi redigido de forma manuscrita em onze páginas, todas rubricadas pelo inspetor; o papel é superior ao tamanho A4 (297 mm x 210 mm) e já possui marcas do tempo. Francisco de Paula Pinheiro aponta elementos observados durante as visitas, apresenta dados relativos à prática docente, à estrutura física, às condições materiais e à dinâmica administrativa da instituição (registros na escrituração escolar), no final faz solicitações ao governo do estado.

Percebemos que não havia um protocolo para a tessitura do relatório, pois, para algumas escolas, o inspetor apresenta informações sobre a formação do(a) docente (se possui curso normal e em qual instituição recebeu o título) e a forma de provimento do cargo (concurso público ou remoção). Tais informações são consideráveis, porque permitem ao leitor conhecer sobre esses sujeitos e oportunizam o desenvolvimento de pesquisas históricas.

Olhos de lince e observância da instrução primária

O inspetor, em seu exercício profissional, devia ter olhos de lince, isto é, conseguir

⁶ A cópia contém uma grafia diferente do relatório original, o que demonstra que outra pessoa transcreveu o documento e que o inspetor assinou essa cópia, certificando as informações.

enxergar além do que está posto, pois sua ação consistia em observar atentamente as práticas escolares. Nesse sentido, construiremos nossa narrativa, partindo da colaboração de Burke (2021), ao considerar as pessoas comuns, o modo que elas vivem e enxergam o mundo. O inspetor atuou como mediador cultural, pois foi responsável por delinear/fiscalizar as práticas docentes diante do projeto republicano de escolarização.

Para melhor apresentar a análise do relatório, organizamos esta seção do texto em categorias. Inicialmente, conheceremos o itinerário de visita realizado por Francisco de Paula Pinheiro. Na sequência, discutiremos sobre dados relevantes sobre os sujeitos escolares. Por fim, veremos o que diz o inspetor sobre a ação docente diante do novo projeto de escolarização.

Itinerário de inspeção em Oliveira (MG)

Para darmos continuidade a nossas discussões, conheceremos alguns dados relativos à história de Oliveira (MG). A origem da localidade relaciona-se à ação dos bandeirantes na procura de ouro e diamantes em 1733 a partir da autorização do governo português. O Coronel Matias Barbosa, ao lado de outros homens, idealizou o caminho denominado Picada de Goyas (Capri, 1916; Fonseca, 1961). “Esse novo caminho de Goiás era justamente um atalho novo que abriram de Suaçuí (hoje João Ribeiro) a Pium-í, passando por Oliveira, para diminuir a volta por Tamanduá (hoje Itapecerica)” (Fonseca, 1961, p. 25).

Em 14 de julho de 1832, a localidade tornou-se freguesia. Nessa mesma data, foram elevados à categoria de paróquia os curatos⁷ de Passa Tempo, Nossa Senhora do Carmo do Japão (Carmópolis de Minas) e São João Baptista (Morro do Ferro), conforme Almeida Jr. (2003). Por força da Lei Provincial 134, de 16 de março de 1839, o território passou a ser uma vila e ter seu governo local (Câmara dos Vereadores). A lei também “subordinou à nova vila as paróquias de Passa Tempo e Santo Antônio do Amparo, além dos curatos de São João Batista (Morro do Ferro) e Mata do Carmo (Carmo da Mata)” (Almeida Jr., 2003, p. 20).

Oliveira (MG) deixou de ser vila e passou a ser município por meio da Lei 102, de 19 de

⁷ Algumas definições para curato: “officio de Cura, a parochia, que tem cura” (Pinto, 1832, p. 231). Segundo Carrara e Machado (2020), curato, paróquia e vila são categorias que determinada localidade pode receber, conforme o número de habitantes.

setembro de 1861 (Minas Geraes, 1862). Os distritos⁸ Amparo e Passa Tempo passaram a pertencer a ele em 1840, e, sem data específica, os arraiais São Francisco de Paula, Japão, Cláudio, Carmo da Mata, Sant’Anna do Jacaré, Bom Sucesso, Perdões, Cana Verde e São João Batista se juntaram a esse território (Capri, 1916; Fonseca, 1961).

Como discutimos, o trabalho do inspetor consistia em visitar escolas das mais diversas localidades. Em 1906, o estado possuía 136 municípios e 722 distritos de paz (Minas Geraes, 1906a). Além disso, devemos sublinhar a distância de algumas escolas distritais em relação ao município e os meios de transportes disponíveis para o tráfego – cavalo ou trem –, sendo que este último apresentava maior conforto, se comparado ao primeiro, mas só era utilizado na cidade. Da sede do município até as escolas distritais, o principal meio de transporte era de tração animal.

Em 1907, as escolas primárias eram classificadas em urbanas, distritais e coloniais (Minas Geraes, 1906c). Durante as visitas, o inspetor foi acompanhado pela maior autoridade local, o presidente da Câmara de Oliveira (MG), o Coronel João Alves de Oliveira⁹. A presença não é despreziosa, diante da modernidade imputada pelos republicanos, a sociedade deveria vivenciar, por meio do exemplo, a ação de todos os sujeitos tidos como referência para a instauração dessa nova fase histórica do país.

No Quadro 4, temos um consolidado das escolas inspecionadas na área urbana e rural de Oliveira (MG):

Quadro 4 – Instituições inspecionadas por Francisco de Paula Pinheiro

Localidade / Data da inspeção	Escola	Professor(a)	Total de Matrícula	Total de Eliminados	Frequência
Japão Distrito 15/10/1907	Masculina	Antônio Olyntho Marques da Rocha. Provido em 1879.	84	----	54
	Feminina	Olinda Maria da Conceição. Concursada em 1902, antes lecionou como auxiliar.	51	10	46

⁸ Para Fonseca (1961), antes de Oliveira (MG), já existiam os distritos de São João Baptista, Passa Tempo, São Francisco de Paula e Japão – Carmópolis de Minas.

⁹ Segundo Almeida Jr. (2003), o coronel João Alves de Oliveira presidiu a Câmara Municipal de Oliveira no período de 1898 a 1912.

Cláudio Distrito 16/10/1907	Masculina	Clotilde Amorim. Normalista formada em São João del-Rei, provida ao cargo em 1903.	113	11	63
	Feminina	Maria Thereza de Jesus Paes. Concursada em 1873, tinha como auxiliar sua filha Ormindia Mourão.	86	09	53
Carmo da Matta (Carmo da Ermida) Distrito 17/10/1907	Masculina	José Justino do Sacramento.	91	10	56
	Ofertava 3 séries.	Removido do distrito de Carmo Verde, município de Campo Bello.			
	Feminina	Maria das Dores Carneiro de Andrade. Normalista formada em Sabará, tinha como auxiliar Maria Carolina de Jesus, normalista formada em São João del-Rei.	83	18	54
	Colégio Particular masculino	Octaviano Ferreira do Amaral.	10	---	10
	Ensino primário e secundário.				
Oliveira Sede 19/10/1907	2ª cadeira Masculina	Alfredo Antônio Jacoly.	---	---	46
	2ª cadeira Feminina	Anna Tolentina da Cruz.	---	---	33
21/10/1907	1ª cadeira Feminina	Dameres Victory.	---	---	48
	1ª cadeira Masculina	Venâncio José Bemfica.	---	---	42
	3ª cadeira Masculina	Carlos José da Silveira.	---	---	---

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Pinheiro (1907)

O itinerário do inspetor compreendeu as escolas sediadas na zona rural nos distritos de Japão, Cláudio e Carmo da Matta (Carmo de Ermida) bem como na área urbana de Oliveira (MG). Durante a semana de visita, 12 escolas foram alvos dos olhos de lince; deste grupo, somente uma escola particular foi inspecionada.

Sujeitos escolares: corpo docente e discente

De acordo com o relatório, há uma proporcionalidade entre homens e mulheres atuando no magistério na região. No entanto, cabe-nos destacar o impulsionamento por parte do Estado

na feminização do magistério primário, que se consolidou, sobretudo, ao longo do século XX. O regimento de 1906, no art. 18, priorizava docentes femininas: “as escolas publicas primarias serao de preferencia regidas por professoras, e sempre por estas as do sexo feminino e mixtas” (Minas Geraes, 1906c, p. 158). Para dar concretude ao quadro delineado pelos documentos legais da Reforma João Pinheiro, a Secretaria do Interior investiu na nomeação dos inspetores e dos(as) diretores(as) dos grupos escolares, para incutir nos profissionais da educação e na sociedade essa nova cultura escolar¹⁰, baseada na intervenção estatal ao estabelecer o currículo a ser desenvolvido, na seleção do corpo docente para atuar nas escolas estaduais, no controle do tempo e do espaço escolar.

Uma parcela significativa do professorado mineiro já atuava no Império. Com a República, o estado os obrigou a uma nova forma de trabalho nos grupos escolares, bem distante daquela que estavam habituados(as) a desenvolver. Contudo, nas demais escolas distantes dos centros urbanos, a antiga organização se manteve: os(as) docentes atendiam às crianças em vários adiantamentos; trabalhavam de forma multisseriada; devido a isso, havia muitos inconvenientes para a aprendizagem (Gil; Caldeira, 2011; Mourão, 1962).

A Reforma obrigou o(a) professor(a) a seguir categoricamente o programa de ensino (Minas Geraes, 1906b), conforme o “art. 2.º - o ensino deverá seguir com rigor o methodo intuitivo e pratico e terá por base o systema simultâneo” (Minas Geraes, 1906c, p. 156). Sobre isso, Mourão (1962) destaca o cuidado do governo em facilitar a aprendizagem dos alunos, pois a metodologia de ensino é um aspecto de extrema importância.

Cabia ao inspetor não só “assistir ao funcionamento das aulas, indicando ao professor tudo quanto repute necessário modificar no methodo por ele seguido” (Minas Geraes, 1906c, p. 186), mas também indicar as faltas e defeitos deste profissional. Na escola masculina de Japão, o novo método de ensino “está em completo desenvolvimento” (Pinheiro, 1907, p. 2), pois os alunos encontravam-se adiantados nas disciplinas escolares. São tecidos vários elogios ao trabalho do professor Antônio Olyntho Marques da Rocha, a saber:

[...] revelando o professor a maior competência, esforço, inteligência e assiduidade, isto verifiquei pessoalmente podendo garantir que a opinião publica é favorável a este funcionario, que é tido como um dos melhores

¹⁰ Neste artigo, amparamos o conceito de cultura escolar nas contribuições de Vidal (2006, 2017) e Faria Filho *et al.* (2004).
Periódico Horizontes – USF – Itatiba, SP – Brasil – e023104

professores do município d'Oliveira e quiça do Estado de Minas Gerais (Pinheiro, 1907, p. 2).

Como podemos perceber, a atuação do professor era reconhecida pela sociedade oliveirense, pois já possuía 28 anos de experiência¹¹ (Pinheiro, 1907). O inspetor solicitou à Secretaria do Interior o envio de um elogio ao “digno e competente professor”. Já na escola feminina, “o novo methodo de ensino, bem como o programma, estão em inteira execução e as alumnas, nas provas exhibidas, mostraram grande desenvolvimento, sendo a professora esforçada e inteligente, merecendo também elogios” (Pinheiro, 1907, p. 3). Para o inspetor, os docentes do distrito de Japão mereciam congratulações pelo trabalho desenvolvido.

Já as professoras de Cláudio – Clotilde Amorim e Maria Thereza de Jesus Paes – necessitavam rever sua prática: “o novo methodo de ensino ainda não estava em completa execução: observei à professora que não era isto regular, dando-lhe instruções e esclarecimentos à respeito” (Pinheiro, 1907, p. 4). Quais seriam os motivos que levaram as professoras a não utilizarem o método de ensino determinado? Somente um dia observado seria imperativo para o inspetor tecer tal crítica? Mesmo com esse percalço, o inspetor acreditava no desenvolvimento da localidade:

Attendendo a importancia do logar e ao elevado numero de alumnos, em idade escolar, o Presidente da Camara Municipal, que acompanhou-me na visita, de acordo com alguns cidadãos patriotas, vae promover meios, para conseguir um predio em condições de ser fundado um grupo escolar de 4 cadeiras, oferecendo-o ao Governo; acho que será uma medida de alto alcance e que muito concorrerá para o desenvolvimento da instrução popular naquelle districto, incontestavelmente o mais importante do municipio d'Oliveira (Pinheiro, 1907, p. 5).

A escola sob a responsabilidade de um único docente não atendia às demandas do urbano, uma vez que, em tais espaços, havia um número significativo de sujeitos em idade escolar (Faria Filho, 1997). Os grupos escolares são instituições mais desejáveis, adequadas e evoluídas para o período, pois atendiam as crianças conforme a seriação e o sexo, sob a orientação de um(a) professor(a), de acordo com Gil e Caldeira (2011).

¹¹ Fizemos este cálculo baseado nas informações de Pinheiro (1907): subtraímos 1907 pelo ano em que Antônio foi provido ao cargo de professor (1879).

O inspetor, com a Câmara Municipal, tenciona a fundação de um grupo escolar, devido ao alto índice de crianças em fase de escolarização em Cláudio. No distrito, a instituição seria a culminância da ação estatal e municipal. Em 1907, segundo a Revista Vida Escolar, Minas Gerais possuía 17 desses educandários (Minas Geraes, 1918). O sonho dos “cidadãos patriotas” tornou-se realidade 7 anos depois, em um contexto no qual o distrito já estava emancipado.

Em Carmo da Matta, o inspetor identifica problemas na escola masculina: havia uma certa resistência por parte do professor na execução da proposta delineada pela reforma de 1906.

O novo methodo de ensino não está em execução o que causou-me especie e assim determinei que cessasse semelhante anomalia dando instrucções e esclarecimentos, duvidando, entretanto, que o professor possa levar por deante esta tarefa, pois é atrasadíssimo. A disciplina é regular.

Não cantam hymnos os alumnos e sobre isto dei ordens terminantes, censurando, acrescentando esta falta, acrescentando que este professor é musico e, com um pouco de boa vontade, poderia executar perfeitamente esta parte do regulamento.

Os alumnos não apresentam adiantamento apreciável o que fiz notar ao respectivo professor (Pinheiro, 1907, p. 6).

A visita gerou críticas ao professor José Justino do Sacramento, e o inspetor aponta a não obediência desse profissional ao que determina a legislação. Por ser “atrasado”, isso contribuiu para que seu trabalho não fosse promissor. O singular que Pinheiro (1907) aponta é a habilidade musical do professor; segundo o autor, o docente deveria se utilizar disso para trabalhar os hinos em sua prática pedagógica.

Já na escola feminina as impressões foram as melhores:

O novo methodo de ensino está em completa execução, causando-me excellente impressão esta escola, pelo desenvolvimento das alumnas, que muito abonam a competencia, esforço, intelligencia e assiduidade de sua professora, que torna-se digna dos maiores elogios, não só por isto, como pelo bom conceito em que é tida pela população. A disciplina é das melhores. As alumnas cantam hymnos escolares (Pinheiro, 1907, p. 8).

A professora Maria das Dores Carneiro de Andrade tinha seu trabalho reconhecido por parte da população. Tais encômios são devotados a outros(as) docentes: caprichoso – Octaviano Ferreira do Amaral (Carmo da Matta); professor emérito e consciencioso – Alfredo Antônio Jacoly (Oliveira); escola em progresso – a Damares Victoy (Oliveira); por fim, professor esforçado – a

Periódico Horizontes – USF – Itatiba, SP – Brasil – e023104

Venâncio José Bemfica.

No entanto, havia também um movimento de resistência, como podemos perceber na terceira cadeira masculina: “esta escola, regida pelo professor Carlos José da Silveira, continua, pela mesma forma, com que a descrevi em relatório de 15 do passado, sem que o professor atendesse a uma só das minhas observações” (Pinheiro, 1907, p. 9). Quais motivos levaram esse professor a resistir e não obedecer às determinações de Francisco Pinheiro?

Quanto ao corpo discente, chama-nos a atenção o seguinte: compunham a comunidade escolar inspecionada 687 crianças matriculadas, considerando as escolas urbanas e distritais. Destacamos que Pinheiro (1907) não evidencia o quantitativo de matrículas na área urbana. Vejamos o Quadro 5:

Quadro 5 – Quantitativo de estudantes nas escolas primárias de Oliveira (MG): urbanas e distritais

/////	Distritos		Urbana		Observações
	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	
Matrícula Total	230	288	---	---	Considerando os eliminados.
Eliminados	21	37	---	---	
Matrícula Total	209	251	---	---	Desconsiderando os eliminados.
Frequência	153	173	88	81	
Infrequentes	56	78	---	---	

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Pinheiro (1907)

Segundo a legislação, a idade escolar dos meninos compreendia de 7 a 14 anos e das meninas de 7 a 12 anos (Minas Geraes, 1906c). O Quadro 5 apresenta algumas informações relevantes sobre as meninas nas escolas da região, pois estas mostravam um índice superior não só de matrículas, mas também de infrequência e eliminação. Conforme a legislação, “art. 85 – será eliminado da matrícula o aluno que deixar de comparecer à aula sem causa justificada durante tres mezes seguidos” (Minas Geraes, 1906c, p. 168).

A infrequência escolar é tida como um dos grandes contratempos no início do século XX. O quantitativo de estudantes presentes no dia da inspeção retrata o que afirmamos. Este infortúnio associava-se ao não reconhecimento das famílias sobre a importância da escola e, principalmente, à ausência de condições financeiras para manter as crianças pobres frequentes. Para minimizar tal realidade, o governo republicano investe nos grupos escolares, com a

bandeira de manter a frequência a partir da ação contínua dos(as) professores(as), dos inspetores e, sobretudo, dos(as) diretores(as).

Nos distritos, havia um número significativo de sujeitos em idade escolar, segundo o relatório, 518 crianças e adolescentes. Por isso é imperativo na localidade o funcionamento de escolas públicas, o Estado cumpria a tarefa essencial na instrução dos sujeitos oliveirenses, principalmente daqueles que residiam na área distrital. Já a única instituição privada visitada funcionava no distrito de Carmo da Matta, possuía um número inferior de estudantes, o que possibilitava ao professor ofertar o ensino primário e secundário (Pinheiro, 1907).

Estrutura física, escrituração e condições materiais das escolas

Durante a Primeira República, vigoraram os preceitos higienistas, pois a situação em que se encontrava grande parte das escolas não cooperava com a saúde e aprendizagem dos(as) estudantes, devido à falta de espaços e de materiais adequados (Piedade Filho, 2009). Na mira dos olhos do inspetor, estavam, também, a estrutura física e a mobília disponível. Cabia a ele averiguar se as escolas apresentavam as mínimas condições de cumprir com a tarefa educativa, conforme instituía programa de ensino.

Ao inspetor também concernia verificar se a escrituração registrava fielmente as práticas escolares desenvolvidas. O republicanismo impõe aos(as) professores(as) das escolas de primeiras letras funções, como preenchimento de livro de matrícula, boletim de frequência e de notas dos(as) estudantes, atas das festas escolares e dos exames e outros documentos quando solicitados.

Quadro 6 – Escrituração, estrutura física e mobília das instituições inspecionadas por Francisco de Paula Pinheiro

Localidade	Escola	Professor(a)	Escrituração	Estrutura física e mobília
Japão Distrito	Masculina	Antônio Olyntho Marques da Rocha	Regular: feita em cadernos provisórios	- Sala pequena; - Mobília: 3 classes ¹² grandes e 5 bancos – pertencentes à escola. 2 classes, 1 mesa, 1 estrado e 4 cadeiras – pertencentes ao professor.

¹² Definições de classe: “cada um dos grupos ou divisões de uma serie ou conjuncto; seção, ordem, ramo; categoria [...]. Aula que se ensina uma certa disciplina; os alumnos que a frequentam: a classe de geographia” (Aulete, 1881, p. 338); “ § cadeira de primeira classe; de segunda classe [...]. As aulas em que se ensinam as várias disciplinas, que

	Feminina	Olinda Maria da Conceição	Regular: feita em cadernos provisórios	- A sala é “boa, clara, arejada e higienica”; - Mobília: 6 carteiras grandes antigas, 8 bancos, 3 cadeiras, 1 mesa pequena, 1 relógio de parede.
Cláudio Distrito	Masculina	Clotilde Amorim	Regular	- Sala pequena; - Mobília: 9 bancos, 3 mesas grandes e 3 cadeiras.
	Feminina	Maria Thereza de Jesus Paes	Regular	- Mesmas condições da escola anterior.
Carmo da Matta (Carmo da Ermida) Distrito	Masculino	José Justino do Sacramento	Regular	- A sala é “espaçosa, clara, arejada e higiênica”; - Mobília: 7 bancos, 1 mesa grande e outra pequena, 5 cadeiras.
	Feminino	Maria das Dores Carneiro de Andrade	Perfeitamente organizada	- Mobília: 11 bancos, 2 classes antigas, 1 mesa da professora, 5 tamboretas.
	Colégio Particular	Octaviano Ferreira do Amaral	----	----

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Pinheiro (1907)

Muitos são os problemas de ordem física apontados pelo inspetor, confirmando o que a literatura apresenta. Por exemplo, Gil e Caldeira (2011) elucidam que as escolas primárias funcionavam em espaços não construídos para essa finalidade. Ao visitar a escola masculina no distrito Japão, Francisco de Paula Pinheiro deixa explícita essa circunstância e destaca o regime de cooperação dos governantes de Oliveira (MG) e o governo do estado:

A escola funciona no prédio do antigo conselho districtal, e hoje pertencente à Camara Municipal; achando a sala um pouco acanhada, em relação ao grande número de alumnos, providenciei de modo a ser derrubada uma parede, obtendo para isto ordem do Presidente da Camara Coronel João Alves d’Oliveira, que estava presente (Pinheiro, 1907, p. 1).

Pinheiro (1907) expõe um aspecto importante sobre a escolarização na perspectiva republicana, o governo da localidade, representado pela Câmara Municipal, compartilhava com o Estado a responsabilidade em ofertar a escolarização. Neste caso, o prédio era cedido pelo município, representado pelo presidente da Câmara, o Coronel João Alves de Oliveira. Destarte confirmamos, de imediato, “a possibilidade de viabilização de iniciativas locais, voltadas para a

se professam em um estabelecimento de instrução; a classe de francez, a classe de inglez. § Os alumnos que frequentam essas aulas” (Silva, 1890, p. 473).

instrução, suplementarmente à ação insuficiente ou pouco significativa do estado” (Gonçalves Neto, 2012, p. 25).

Sendo assim, a escolarização na cidade acontecia pela tríade formada pelo estado, pelo município e pelas instituições particulares. Exemplo disso foi a contribuição voluntária do professor Antônio Olyntho Marques da Rocha (escola masculina do distrito Japão) acerca do mobiliário para o desenvolvimento de sua ação docente, o que representa um laivo do estado ineficiente.

Em Cláudio, a escola masculina não tinha espaço adequado, era “pequena e acanhada” e necessitava de reparos. Mais uma vez, o inspetor solicita a derrubada de uma parede. Já na escola feminina, não foi indicada nenhuma reforma, apesar da conjectura de que ela funcionava no mesmo espaço da masculina, em turno diferente, mas isso deve ser investigado mais a fundo em pesquisas futuras.

Quando a questão era tecer elogios, o inspetor também o fazia. Em Carmo da Matta, todas as escolas dispunham de estrutura satisfatória, o que incluía ser espaçosa, clara, arejada e higiênica. Das urbanas, ele aponta dados somente de duas instituições: a primeira escola masculina mudou para outro prédio, mais confortável, espaçoso e claro; já a segunda cadeira feminina, da professora regente Anna Tolentina Cruz, “continua essa escola na mesma casa, acanhada e sem condições à despeito de ter conseguido um bom salão na Camara Municipal, conforme se vê do meu relatório transacto” (Pinheiro, 1907, p. 9).

Com relação à escolarização na Primeira República, Gonçalves Neto e Carvalho (2012, p. 21) nos dizem que: “existe a ação do Estado e existem as iniciativas complementares dos municípios. Há também omissões nas duas instâncias. Estão presentes, ainda, tentativas de se suprir as ausências de um ou outro”. Observamos essa ocorrência no relatório, em todas as escolas distritais, o inspetor informou que as lousas, por serem pequenas, não atendiam as turmas e seriam trocadas pelo Coronel João Alves de Oliveira (presidente da Câmara), indicando a cooperação entre os entes federados na escolarização.

Outra alçada do inspetor era a análise criteriosa dos registros das práticas escolares. A escrituração ficava sob a incumbência do(a) professor(a) que, além de ministrar aulas para turmas em diversos adiantamentos e idades, deveria documentar o trabalho desenvolvido. O Decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906, institucionalizou o modelo de todos os documentos

a serem preenchidos (Minas Geraes, 1906c).

No Japão, as escolas masculina e feminina apresentavam a escrituração conforme exigido pela Secretaria do Interior. O professor Antônio Olyntho Marques da Rocha e a professora Olinda Maria da Conceição realizaram-na em cadernos provisórios, pois o Estado não havia enviado os livros oficiais. O inspetor solicita que esse óbice seja resolvido com urgência, pois esse aspecto alude sua função em ser o interlocutor da localidade com as instâncias estaduais e o descomprometimento do governo com as escolas do distrito. Com o relatório consta uma ordem de serviço, assinada por Carvalho Britto (Secretário do Interior), que fossem remetidos, o quanto antes, os livros de escrituração para os(as) professores(as).

Em Carmo da Matta, o inspetor elucida que os documentos foram transcritos para os livros oficiais recentemente. Mesmo assim, algumas lacunas necessitavam ser preenchidas: assinatura nos termos de abertura e encerramento dos livros e rubrica do inspetor escolar administrativo em todas as páginas. Um dos traços do republicanismo é a cobrança dos registros, o que, para a História da Educação, é muito valioso e nos permite desenvolver investigações sobre diversos enfoques.

Considerações finais

Os inspetores foram essenciais para o alcance da Reforma João Pinheiro em todas as localidades de Minas Gerais. Cargo majoritariamente ocupado por homens, e alguns deles com experiência no magistério foram responsáveis por ler as práticas escolares e julgar se elas obedeciam à legislação, bem como solicitar ao governo do Estado os devidos encaminhamentos.

A inspeção era dividida em duas categorias: administrativa e técnica. A primeira, como o próprio nome diz, referia-se, exclusivamente, às funções gerenciais, sendo um profissional voluntário; já a segunda, por ser ocupada por um servidor estatal, dispunha de mais funções, principalmente relacionadas à dinâmica pedagógica da instituição. Os inspetores eram invocados a ter olhos de lince em sua ação profissional.

O inspetor técnico de ensino Francisco de Paula Pinheiro, responsável no recorte temporal desta pesquisa pela 31ª Circunscrição Literária, realizou, em outubro de 1907, visitas

às escolas pertencentes à cidade de Oliveira (MG) e a seus respectivos distritos, Japão, Cláudio, Carmo da Matta (Carmo de Ermida). Por meio do relatório expedido, conhecemos aspectos relacionados ao corpo docente, ao número de alunos matriculados, eliminados e presentes durante a visita, bem como à estrutura física, ao mobiliário e à escrituração, e informações inerentes à prática pedagógica.

Por ser um elo da localidade com o Estado, o inspetor chancelou os trabalhos desenvolvidos. Além disso, solicitou ao governo os devidos encaminhamentos, para que a escolarização ocorresse com qualidade e de forma homogênea em todo o estado para formar o homem da República para a República.

Referências

- ALMEIDA JÚNIOR, M. A. *História administrativa de Oliveira*. Oliveira: Gráfica Ed. Santa Cruz, 2003.
- AMARAL, A. L. *Cascudos e chimangos: imprensa e política e São João del-Rei (1876-1884)*. 2008. 309 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.
- ARRUDA, M. A. *Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades: o projeto educacional das Filhas da Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905)*. 2011. 254f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- AULETE, F. J. de C. *Diccionario contemporaneo da lingua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/c33718fd-d7aa-45c7-adb8-2aa18fcf5440>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- BURKE, P. *O que é História Cultural?* Tradução: Sérgio Goes de Paula. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- CABRAL, T. E. M.; AZEVEDO, D. S. de. A gestão pedagógica nos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar Silveira Brum (1912-1930). *Revista Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 3, n. 1, p. 185-204, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v3i1.236>
- CAPRI, R. *Minas Geraes e seus municípios*. São Paulo: Pocaí Weiss e Companhia, 1916.
- CARRARA, A.; MACHADO, P. J. de O. Ordenamento territorial dos municípios brasileiros: Minas Gerais, séculos XVIII – XIX. *Almanack*, Guarulhos, n. 24, p. 1-54, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-463324ea03918>

CARVALHO, B. B. *Organização da instrução pública em Uberaba-MG no contexto da República Velha (1895-1917)*. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CINTRA, S. de O. *Galeria das personalidades notáveis de S. João del-Rei*. São João del-Rei, 1994.

FARIA FILHO, L. M. A escola no movimento da cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 26, p. 1-14, 1997.

FARIA FILHO, L. M. *Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)*. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, L. M. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100008>

FONSECA, D. F. M. *Prescrições sobre higiene na cidade e na Escola Normal: São João del-Rei, final do século XIX e início do XX*. 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FONSECA, L. G. da. *História de Oliveira*. Belo Horizonte: Ernardo Alvares, 1961.

FONSECA, T. N. de L. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. N. de L. *História e Historiografia da educação no Brasil*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 49-75.

FURTADO, B. A. Evolução da divisão territorial em Minas Gerais: os limites municipais em 1711. *Geografia*, Rio Claro, v. 32, n. 1, p. 199 -213, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1437/3528>
Acesso em: 12 mar. 2023.

GALVÃO, A. M. de O.; FONSECA, T. N. L. História Cultural e História da Educação. In: LINHALES; M.; FONSECA, T. de L. (org.). *Diálogos da História da Educação*. 1. ed. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017. p. 57-88.

GIL, N.; CALDEIRA, S. Escola Isolada e Grupo Escolar: a variação das categorias estatísticas no discurso oficial do governo brasileiro e de Minas Gerais. *Estatística e Sociedade*, Porto Alegre, n. 1, p. 166-181, 2011.

GONÇALVES, I. A. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. de. Apresentação: impasses e desafios à organização

da instrução pública nas Minas Republicanas. In: GONÇALVES NETO, W; CARVALHO, C. H. de (org.). *O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República*. 1. Ed. Campinas: Alínea, 2012. p. 9-22.

GONÇALVES NETO, W. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. In: GONÇALVES NETO, W; CARVALHO, C. H. de (org.). *O Município e a Educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República*. 1. ed. Campinas: Alínea, 2012. p. 23-42.

LOURÃO, P. K. C. *O ensino de Minas Gerais no Tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: CRPE, 1962.

PIEADADE FILHO, L. de F. R. Asseados e valorosos: o pelotão de saúde Oswaldo Cruz e sua cruzada higienista. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 65-84, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5354/3281>. Acesso em: 1 abr. 2023.

PINTO, L. M. S. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000038026&bbm/5414#page/2/mode/2up>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SILVA, A. de M. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Empreza Litteraria Fluminense, 1890.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

VIDAL, D. Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa. *Historia de la Educación*, Salamanca, v. 25, p. 131-152, 2006.

VIDAL, D. História da Educação como arqueologia: cultura material escolar e escolarização. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 251-272, 2017. Disponível em: < <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017251> > Acesso em: 3 jul. 2024.

Fontes documentais:

MINAS GERAES. *Anuario de Minas Geraes*. Anno I. Belo Horizonte, 1906a. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/212679/per212679_1906_00001.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

MINAS GERAES. Congratulações. *Minas Geraes*, Ouro Preto, anno III, n. 75, p. 02, 19 mar. 1894a. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Home/pesquisaAvancada>. Acesso em: 28 abril de 2023.

MINAS GERAES. Decreto 1947, de 30 de setembro de 1906. Aprova o programa do ensino

primário. In: MINAS GERAES. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes*. Bello Horizonte: Imprensa oficial do estado de Minas Geraes, 1906b. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4711>. Acesso em: 12 maio 2023.

MINAS GERAES. Decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906. Aprova o regulamento da instrução primária e normal do estado. In: MINAS GERAES. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes*. Bello Horizonte: Imprensa oficial do estado de Minas Geraes, 1906c. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4711>. Acesso em: 12 maio 2023.

MINAS GERAES. Ensino Normal. *Minas Geraes*, Bello Horizonte, anno XV, n. 184, p. 04, 9 ago. 1906d. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Home/pesquisaAvancada>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MINAS GERAES. Escola Normal de S. João d'El-Rey. Concurso. *Minas Geraes*, Ouro Preto, anno III, n. 91, p. 04, 5 abr. 1894b. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Home/pesquisaAvancada>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MINAS GERAES. Instrução primária. Inspeção Technica do ensino. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, anno XVI, n. 186, p. 04-05, 26 jul. 1907a. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Home/pesquisaAvancada>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MINAS GERAES. Interior. Acto do Secretário. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, anno XVI, n. 121, p. 01 e 05, 26 maio 1907b. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Home/pesquisaAvancada>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MINAS GERAES. Lei 102, de 19 de setembro de 1861. Carta de Lei que eleva à categoria de cidade à villa de Oliveira (MG) a município. In: MINAS GERAES. *Colecção de leis da assemblea legislativa da província de Minas Geraes de 1861*. Typografia provincial de Minas Geraes: Ouro Preto, 1862. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/3173>. Acesso em: 10 maio 2023.

MINAS GERAES. Lei 439, de 29 de setembro de 1906. Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do estado e dá outras providências. In: MINAS GERAES. *Leis e decretos do Estado de Minas Geraes*. Bello Horizonte: Imprensa oficial do estado de Minas Geraes, 1906d. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4711>. Acesso em: 12 maio 2023.

MINAS GERAES. Lei 556, de 30 de agosto de 1911. Dispõe sobre a divisão administrativa do Estado e contém outras disposições. In: MINAS GERAES. *Collecção das leis e decretos do Estado de Minas Geraes*. Bello Horizonte: Imprensa oficial do estado de Minas Geraes, 1906. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4730>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MINAS GERAES. Lista dos premios avulsos distribuídos na sessão solemne do dia 15, realizada na Escola Normal, que hontem noticiamos. *Minas Geraes*, Ouro Preto, anno II, n. 17, p. 02, 18 jan. 1893a. Disponível em:

<https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Home/pesquisaAvancada>. Acesso em: 28 abr. 2023. MINAS GERAES. *Livro de extrato dos relatórios dos Inspectores Técnicos do Ensino*. Livro 886. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1907c.

MINAS GERAES. Requerimentos despachados. *Minas Geraes*, Ouro Preto, anno II, n. 161, p. 01, 15 jun. 1893b. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Home/pesquisaAvancada>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MINAS GERAES. Secretaria do Interior. *Minas Geraes*, Ouro Preto, anno V, n. 183, p. 01, 8 jul. 1896. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Home/pesquisaAvancada>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MINAS GERAES. Relatório apresentado ao secretário do interior pelo inspector tecnico da 19.^a circunscrição literária. *Minas Geraes*, Belo Horizonte, anno XVI, n. 186, p. 03, 10 ago. 1907d. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Home/pesquisaAvancada>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MINAS GERAES. *Relatórios dos Inspectores Técnicos*. Livro 888. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1907e.

MINAS GERAES. *Revista Vida Escolar: estatística na instrução em Minas no anno de 1917*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1918.

PINHEIRO, Francisco de Paula. Relatório da inspetoria técnica de 31.^a circunscrição literária. São João del-Rei, 1907. In: MINAS GERAES. *Correspondência referente à Instrução Pública*. Livro 3250. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1907. p. 1-11.

Submissão: 10.12.2023.

Aprovação: 18.04.2024.